

[Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto](#)

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 10/2007, de 6 de Março, estabelece o regime jurídico do património imobiliário público

(com as alterações introduzidas pelas [Leis n.ºs 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro](#), pelo [Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março](#), e pelas [Leis n.ºs 83-C/2013, de 31 de dezembro e 82-B/2014, de 31 de dezembro](#))